

Após anos de construção de um novo alicerce para a economia brasileira – baseado em preços estáveis, regime de metas de inflação, contas externas positivas, câmbio flutuante e esforço fiscal –, o governo tomou a iniciativa de recolocar, com ênfase, o tema do desenvolvimento para toda a sociedade. Este é o sentido maior e a importância do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no sentido de estimular o crescimento. Ao definir seu foco no investimento necessário para acelerar o crescimento, ao apontar para a superação dos obstáculos em infra-estrutura e ao diminuir o peso da carga tributária, de modo a permitir maior agilidade do setor produtivo, o PAC dialoga com necessidades há muito sentidas em todo o país.

A atuação do governo, porém, embora fundamental, não é suficiente para alterar os rumos do nosso crescimento, em especial no sentido de modificar e aumentar a capacidade inovadora das empresas brasileiras e a construção de um ambiente econômico favorável à inovação.

Mais do que uma palavra de moda, inovação significa hoje um recurso de sobrevivência. Países como o nosso, que cultivam o desejo de se transformarem em uma grande nação, não têm a menor condição de fazê-lo com base em um sistema econômico assentado na extração de recursos naturais e em baixos salários.

A dinâmica da economia mundial e a competição entre países exigem do Brasil que repense e reoriente sua capacidade produtiva para as atividades intensivas em conhecimento. Essa é a única forma de estruturar políticas de desenvolvimento de longo prazo, conectadas com o futuro, que preparem as novas gerações para as grandes transformações a que o mundo assiste.

No panorama mundial, são raros os governos dos países que buscam o crescimento – das mais variadas posições políticas – deixando de utilizar instrumentos, políticas e programas de estímulo aos processos de inovação, voltados para aumentar a competitividade e a produtividade de suas economias.

No passado, políticas industriais foram executadas com objetivo parecido, em um sistema montado a partir de medidas protecionistas e de subsídios. Essas políticas conseguiram – no caso do Brasil, da Argentina, da Índia – impulsionar uma industrialização relativamente avançada. Mas perderam a sintonia com os estímulos que empurram as empresas a fugir do acomodamento e da ineficiência.

As políticas industriais contemporâneas mostram-se superiores às desenvolvidas no passado por sua conexão com o futuro. Ou seja, por se estruturarem a partir da questão central do crescimento em nosso tempo, a inovação. Foi assim na Coreia, em Taiwan, na Irlanda, na Espanha ou em Cingapura. Está sendo assim na Índia e na China. Mas também é assim em países de vanguarda industrial como a Finlândia, a Suécia, o Canadá ou mesmo os Estados Unidos.

Para esses países, tecnologia não é bem supérfluo. É condição necessária para transformar a economia, acelerar e sustentar o crescimento, pois incide diretamente sobre a marcha da produtividade das empresas, dos trabalhadores e da economia. Por isso mesmo, os processos de inovação, de criação e de adoção de novas tecnologias são peças fundamentais para as políticas industriais modernas, posto que as atividades intensivas em conhecimento tornaram-se, cada vez mais, os determinantes principais do crescimento de longo prazo.

Os países avançados aprenderam há muito essa lição. Muitas economias emergentes, que competem hoje com o Brasil, fazem do investimento em inovação e em pesquisa e desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Professor livre-docente do Departamento de Sociologia da USP, coordenador do Observatório de Inovação do Instituto de Estudos Avançados (USP) e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. De 2003 a 2006, foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É autor, entre outros, de: *Inovar ou Inovar. A indústria brasileira entre o passado e o futuro* (Ed. Papagaio, 2007).

uma prioridade nacional. O Brasil já deu passos nessa direção. Mas temos um espaço enorme para avançar ainda mais.

O Brasil possui um dinâmico sistema gerador de ciência e tecnologia e conta com um Ministério de Ciência e Tecnologia sintonizado com as necessidades do País. Instituições como a Fiocruz avançam nas áreas de biotecnologia e destacam-se no cenário nacional. Da mesma forma, temos a Embrapa, que viabilizou o salto de produtividade da nossa agricultura. Embora ainda haja muito a fazer, setores crescentes de nossas universidades cooperam com as empresas de modo a aumentar a produtividade, contribuindo com conhecimento e tecnologia. E, mesmo que pequeno, o esforço do setor privado cresce nas áreas de P&D.

Podemos surpreender o mundo na área de energias alternativas, a partir da enorme competitividade e da vantagem que construímos no setor de biocombustível. Ou, então, no incentivo a uma massa enorme de pequenas empresas que, com modestos estímulos, poderiam dar um salto na geração de empregos e na disputa com outros mercados e países.

Essas oportunidades requerem decisão rápida, administração e execução eficientes de programas conjuntos entre os setores privado e público, em busca de resultados que se expressem em mais empregos e mais competitividade internacional das empresas brasileiras.

O Brasil real, aquele que trabalha e produz riquezas, consegue, às vezes, evitar os obstáculos do ambiente econômico inóspito, da precariedade das regras para o investimento, da burocracia excessiva, do peso dos impostos e mesmo da presença nem sempre amigável do Estado, para mostrar-se vivo e atuante. Ingenuidade? Neste caso, os números não deixam dúvidas.

Na indústria brasileira, há um número cada vez mais expressivo de empresas de capital nacional inovadoras, que têm se destacado em mercados sofisticados. Essas empresas exportam mais (segundo o Ipea, uma empresa que realiza inovação tecnológica tem 16% mais chances de ser exportadora do que uma empresa que não pratica inovação tecnológica); faturam mais; têm maior lucratividade; pagam melhor seus funcionários (23% a mais), que são mais qualificados e permanecem mais tempo no emprego.

Essas empresas de elite, apesar de seu número ainda pequeno (aproximadamente 1,7% do total das empresas), respondem por mais de 25% do faturamento industrial. São empresas que alteraram suas estratégias de expansão e passaram a buscar informações no exterior, a se adaptar às normas internacionais para exportar e a fazer prospecção tecnológica e investimentos fora do Brasil. Para isso, valorizaram seu capital humano e o conteúdo tecnológico obtido por meio do aprendizado. O surgimento desse novo segmento de empresas brasileiras sugere que a inovação tecnológica está sendo valorizada por sua capacidade de orientar decisivamente o desempenho econômico.

Trata-se de uma realidade pouco visível a olho nu, sujeita, muitas vezes, ao tradicional descrédito sobre a seriedade do nosso país. Por conta da existência desse conjunto de empresas – que se destacam pelos méritos de seu sistema inovador, e não por pagarem baixos salários, ou por se beneficiarem de recursos naturais –, o Brasil representa uma realidade única na América Latina, distinta inclusive da Argentina e do México.

Não se trata de um consolo, uma vez que há um número avassalador de firmas que não seguem esse padrão. Por isso mesmo, um dos principais desafios de qualquer plano de crescimento é o de estimular as outras, milhares de empresas, em especial as pequenas e médias, a seguirem o caminho dessa elite industrial.

Em geral, as grandes empresas possuem meios mais sofisticados para alimentar um sistema mais regular e sistemático de inovação. Dessa forma, conseguem gerar e manter a *expertise* necessária para otimizar seus ganhos. Porém, quando se desenvolvem, enfrentam o risco do sucesso. Muitas se acomodam ou mesmo diminuem sensivelmente suas atividades inovadoras. Nos momentos em que ocorrem os “descuidos estratégicos” das grandes, o ímpeto das pequenas empresas pode mostrar sua força, ampliar seu potencial e avançar no sentido de deslocar empresas já estabelecidas e tomar parte substantiva de seus mercados. Essa é a dinâmica das economias modernas, que têm nas pequenas empresas os motores do desenvolvimento econômico.

O problema é que, para crescer e penetrar no tecido produtivo, as pequenas empresas precisam ganhar escala de modo a otimizar seu potencial inovador. Neste sentido, o acesso fácil a crédito e

financiamento torna-se ponto crítico em suas estratégias de crescimento. No Brasil, a melhoria desses sistemas é crucial para qualquer estratégia de política industrial. São vários os estudos que mostram como as dificuldades de financiamento criam enormes barreiras ao desempenho das empresas e da economia. Ao detectarmos o dinamismo que as pequenas e médias empresas imprimem à sociedade, podemos reconhecer a importância que adquire o seu crescimento, seja no mercado interno ou no externo. Fora do país, o sucesso é alcançado somente após a superação de uma verdadeira corrida de obstáculos, para a qual as exportações representam apenas um passo inicial – ainda que imprescindível.

Não é por outro motivo que o esforço de internacionalização de pequenas e médias empresas é grande em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Suécia ou a Finlândia, e em países não tão avançados, como a Irlanda e a Espanha.

Nenhum plano de crescimento pode mais ignorar a inovação e a tecnologia, em especial em suas relações com as pequenas e médias empresas. O Brasil conta com pequenas empresas de alto desempenho e com uma estrutura de apoio, ainda que incompleta, que serve de base para a sua multiplicação e fortalecimento. Porém, a implantação de um sistema de financiamento orientado para essas empresas certamente daria ao nosso país melhores condições de multiplicar o número de pequenas empresas e de aumentar significativamente as possibilidades de sua globalização.

De um ponto de vista geral, o Brasil já tem definida uma política industrial com foco na inovação, definida pelo governo federal em 2004 (ver Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior). Temos também uma Lei de Inovação, que permite avançar na cooperação entre centros de pesquisa, universidades e empresas. A engenharia institucional dos fundos setoriais, coordenados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, possibilita um grande impulso à inovação. Sem contar o BNDES, o principal instrumento de política industrial do país.

Do ponto de vista dos rumos, o Brasil tem competência, diretrizes e ações nas áreas de fármacos e biotecnologia, software e semicondutores, entre outros. Existem instrumentos para reduzir o risco do desenvolvimento tecnológico empresarial. E muitas instituições, como a Finep, CNPq, INPI e Inmetro, somam-se aos centros de pesquisa, públicos ou privados, para formar uma enorme rede de competências já em funcionamento, que faz inveja a muitos outros países, em especial aos nossos concorrentes diretos.

Mas não custa salientar que a aprovação de outros instrumentos voltados para o apoio à pequena e média empresa, em especial para o seu esforço de internacionalização, reforçaria o dinamismo de nossas estruturas produtivas.

Perder essa referência pode significar o rebaixamento do esforço tecnológico e inovador do País e uma mutilação da sua trajetória de crescimento. Esta é uma das principais fraquezas dos nossos planos e projetos de crescimento. Fraqueza que pode ser superada a partir da abertura de um diálogo efetivo com a sociedade, o setor produtivo, a comunidade científica e os próprios órgãos de governo.

A discussão não é fácil. Mas, com certeza, não conseguiremos avançar no crescimento sem tocar nos fundamentos da competitividade de nossas empresas e de nossa sociedade.